

**Exmo. Senhor**

**Presidente da 6.ª Comissão Parlamentar de  
Economia, Inovação, Obras Públicas e  
Habitação**

**Deputado António Topa**

Assembleia da República, 15 de Maio de 2020

**Assunto: Audição urgente da Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.**

A pandemia da Covid19 trouxe uma quebra de rendimentos generalizada. No que respeita à crise habitacional que, não é demais recordar, já se fazia sentir muito antes desta pandemia, instalou-se a incerteza sobre se seria possível cumprir com o pagamento da renda.

O Governo criou dois tipos de resposta para estas pessoas: a possibilidade do adiamento do pagamento das rendas e os empréstimos sem juro por parte do IHRU que serviriam para garantir uma taxa de esforço de 35%. No entender do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, estas medidas foram insuficientes, desde logo porque assentaram no endividamento generalizado das pessoas, mas também porque ao exigir uma perda de rendimentos superior a 20%, estas medidas excluíram uma grande parte da população arrendatária que, por já ter salários baixos, não teve aquela percentagem de perda salarial, não sendo seguro que não o venham a perder num futuro breve. Falamos, por exemplo, das trabalhadoras que foram para lay-off e que ficaram a ganhar o

salário mínimo quando antes ganhavam 700€. Estas trabalhadoras não tiveram 20% de perda de rendimento, mas ficaram numa situação limite e sem apoios. É ainda mais problemático quando é do conhecimento publico que cerca de 33% da população portuguesa não tem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo, segundo o Inquérito às condições de Vida e Rendimento do INE de 2019. Segundo o mesmo inquérito, 5,8% da população tinha atraso no pagamento de rendas, encargos ou despesas correntes.

Além destas limitações, a concessão do empréstimo por parte do IHRU não tem sido nem suficiente, nem eficaz. Não tem sido suficiente pois não terá chegado a grande parte das pessoas que necessitavam de um apoio para esta fase particularmente difícil - no final de abril, dos cerca de 1 200 000 habitantes em regime de arrendamento no mercado livre, apenas terão existido cerca de 1150 pedidos de apoio ao pagamento de rendas; e não tem sido eficaz porque os pedidos demoram a ser processados e, mesmo depois de aceites, a transferência tarda em ser feita.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem sido contactado por várias pessoas que, tendo já o seu pedido deferido, não receberam os montantes do empréstimo e encontram-se agora em "incumprimento" e sob ameaças de despejo e de aplicação de juro de mora. Sabendo nós que existe uma suspensão de despejos e de mora, estas, em conjunto com a confusão gerada e a falta de divulgação e fiscalização, estas são armas poderosas numa relação contratual que é extremamente desequilibrada, tanto mais que neste momento garantir uma habitação é garantir saúde para cada um, para a sua família e para a comunidade.

É também, por isto, importante perceber qual o real papel do IHRU na resolução desta crise e no apoio aos inquilinos com perdas de rendimento e dificuldade em pagar a renda e com rendimentos extremamente baixos que lhe permita continuar a pagar os valores praticados no chamado mercado de arrendamento.

No sentido de esta Comissão e a Assembleia da República conhecerem: i) a forma como estas medidas estão a ser implementadas, ii) as soluções para o pós-COVID19, iii) a

evolução da resposta às situações habitacionais indignas, iv) a resposta no âmbito do parque habitacional do IHRU, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda **requer a audição, com carácter de urgência, da Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.**

As deputadas,

Maria Manuel Rola e Isabel Pires

